

# Demonstrações Financeiras

# 2020

**Banco Cargill S.A.**

CNPJ nº 03.609.817/0001-50



***Cargill***<sup>®</sup>

***Banco Cargill***

## ÍNDICE

---

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	28

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A pandemia associada à Covid-19 gerou a maior recessão global desde a 2ª Guerra Mundial. Apesar da forte contração no 1º semestre, o enorme volume de estímulos fiscais e monetários em praticamente todos os países atenuou os impactos negativos da crise sanitária e recessão econômica, que pelas projeções serão menos profundas do que previsto no início da pandemia. A alta do número de casos da Covid-19 em países europeus reacendeu temores sobre a doença. Os novos casos na Europa superaram os números registrados durante a primeira onda da pandemia, assim os países europeus retomaram medidas de distanciamento social, alguns chegaram a decretar adoção de uma nova quarentena e lockdown, mesmo com os anúncios positivos sobre as vacinas contra a Covid-19 e início da vacinação em novembro.

No Brasil, o destaque foi o auxílio emergencial promovido pelo governo federal, que recompôs a renda familiar de parte expressiva dos mais de 60 milhões de trabalhadores informais atendidos pelo programa. Apesar da sua relevância para atenuar os impactos desfavoráveis advindos da taxa de desemprego, os fortes estímulos fiscais elevaram a dívida pública do Brasil, economistas estima em elevação da relação dívida pública/PIB para mais de 100% e uma retração do PIB em torno de 4,5%.

No âmbito global, o Banco Central Europeu (BCE) fez ajustes no programa de compra de títulos, adotou novos estímulos à concessão de crédito às empresas e irá implementar um fundo de recuperação (recovery fund), liberando mais recursos para países mais necessitados com o intuito de mitigar os efeitos da 2ª onda da pandemia. Novos estímulos também foram adotados nos Estados Unidos onde podemos destacar as eleições americanas que ocorreram no segundo semestre de 2020, com a vitória do candidato do Partido Democrata, Joe Biden.

Os estímulos fiscais coordenados pelos bancos centrais de todo o mundo, apesar de sua relevância para a aceleração da recuperação da economia mundial, elevam bastante a dívida pública da maioria dos países, esses aumentos não criarão problemas para o financiamento da dívida desses países mais desenvolvidos, ainda mais em um ambiente em que os juros básicos tende a permanecer baixos por um período prolongado.

As expectativas para o ano de 2021 será ainda com bastante volatilidade dadas as incertezas macroeconômicas, seguimos confiantes na retomada da economia brasileira e global com a esperança de que as vacinas já anunciadas sejam distribuídas globalmente de maneira eficaz ao longo do ano de 2021, e que, a partir do 2º semestre, tenhamos uma certa normalização das atividades econômicas.

## Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2020 com R\$ 3.889.072 em ativos, acréscimo de 38% em relação ao apresentado no exercício de 2019 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 31% atingindo R\$ 2.134.529. Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 5.529.

## Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

## Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e os direitos humanos. Nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar, trabalhamos em colaboração com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. A Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a evolução da empresa, do setor e do Brasil.

**Considerações finais**

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 25 de março de 2021

**A Administração**

Ativo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>3.688.361</b>	<b>2.571.518</b>
Caixa e equivalente de Caixa	4	552.041	176.861
Instrumentos financeiros		1.592.238	1.238.199
Títulos e valores mobiliários	5a	125.429	121.197
Instrumentos financeiros derivativos	5b	17.035	29.986
Operações de crédito - setor privado	6a	1.449.774	1.087.016
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(76.780)	(28.867)
Outros créditos, valores e bens		1.584.990	1.172.288
Carteira de câmbio	7	1.580.295	1.171.770
Negociação e intermediação de valores	5b	638	417
Diversos	8	4.057	101
Créditos tributários	13c	35.872	13.037
<b>Não Circulante</b>		<b>200.712</b>	<b>243.503</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>200.598</b>	<b>243.389</b>
Instrumentos financeiros		148.651	228.657
Instrumentos financeiros derivativos	5b	-	18.143
Operações de crédito - setor privado	6a	148.651	210.514
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(60.881)	(39.050)
Outros créditos, valores e bens		77.095	27.301
Carteira de câmbio	7	52.652	-
Diversos	8	24.443	27.301
Créditos tributários	13c	35.733	26.481
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Intangível</b>		<b>113</b>	<b>113</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.889.073</b>	<b>2.815.021</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Em 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019

*Banco Cargill*

(Em milhares de reais - R\$)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.107.179</b>	<b>1.436.773</b>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.014.538	602.051
Depósitos	9	4.149	11.058
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	6.363	104.823
Empréstimos no exterior	11	880.284	337.415
Repasses do exterior	12	1.725	95.511
Instrumentos financeiros derivativos	5b	122.017	53.244
Outras obrigações		1.092.641	834.722
Recursos em trânsito de terceiros		19.759	6.916
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	1
Carteira de câmbio	7	1.041.059	808.893
Fiscais e previdenciárias	14a	28.325	17.954
Obrigações fiscais diferidas	14a	57	401
Diversas	14b	3.439	557
<b>Não Circulante</b>		<b>1.146.106</b>	<b>747.984</b>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.121.303	720.826
Empréstimos no exterior	11	52.652	–
Repasses do exterior	12	1.039.340	665.066
Instrumentos financeiros derivativos	5b	29.311	55.760
Outras obrigações		24.803	27.158
Obrigações fiscais diferidas	14a	89	–
Diversas	14b	24.714	27.158
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>635.788</b>	<b>630.264</b>
Capital social	16a	635.736	630.207
De domiciliados no país		408.526	408.475
Reservas de lucros		227.210	221.732
Outros resultados abrangentes		52	57
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.889.073</b>	<b>2.815.021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre 2020	2020	2º semestre 2019	2019
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>(64.523)</b>	<b>753.965</b>	<b>242.932</b>	<b>291.976</b>
Operações de crédito	17a	13.688	326.180	91.590	139.441
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17b	4.623	12.587	7.555	22.589
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17c	(82.834)	415.198	143.787	129.946
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>51.309</b>	<b>(715.005)</b>	<b>(166.713)</b>	<b>(156.027)</b>
Operações de captação no mercado	17d	(601)	(2.640)	(7.617)	(23.502)
Operações de empréstimos e repasses	17e	(34.083)	(462.705)	(77.979)	(106.046)
Resultado de operações de câmbio	17f	85.993	(249.660)	(81.117)	(26.479)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>(13.214)</b>	<b>38.960</b>	<b>76.219</b>	<b>135.949</b>
<b>Resultado de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito</b>	6f	<b>(52.717)</b>	<b>(69.744)</b>	<b>(716)</b>	<b>76.263</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>		<b>60.461</b>	<b>39.995</b>	<b>(14.187)</b>	<b>(27.599)</b>
Receitas de prestação de serviços		3	3	140	246
Despesas de pessoal	17g	(4.254)	(5.864)	(5.581)	(7.573)
Outras despesas administrativas	17h	(3.157)	(7.408)	(3.816)	(9.023)
Despesas tributárias	17i	(3.127)	(8.785)	(4.737)	(9.756)
Outras receitas operacionais	17j	89.703	89.703	3.966	8.524
Outras despesas operacionais	17k	(18.707)	(27.654)	(4.159)	(10.017)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(5.470)</b>	<b>9.211</b>	<b>61.316</b>	<b>184.613</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22)</b>	<b>47</b>
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>(5.470)</b>	<b>9.211</b>	<b>61.294</b>	<b>184.660</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	13a	<b>2.438</b>	<b>(3.682)</b>	<b>(2.878)</b>	<b>(52.207)</b>
Provisão para imposto de renda		(10.838)	(20.263)	(5.879)	(16.358)
Provisão para contribuição social		(8.683)	(15.506)	(3.574)	(9.872)
Ativo fiscal diferido		21.959	32.087	6.575	(25.977)
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido nos Semestres/Exercícios</b>		<b>(3.032)</b>	<b>5.529</b>	<b>58.416</b>	<b>132.453</b>
<b>Juros Sobre o Capital Próprio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(45.000)</b>	<b>(45.000)</b>
<b>Quantidade de Ações do Capital Social</b>		<b>408.526.354</b>	<b>408.526.354</b>	<b>408.475.347</b>	<b>408.475.347</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por Ação nos Semestres/Exercícios - R\$1,00</b>		<b>(0,01)</b>	<b>0,01</b>	<b>0,14</b>	<b>0,32</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
Referentes aos Semestres e  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais - R\$

	Nota	2º semestre 2020	2020	2º semestre 2019	2019
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido nos Semestres/Exercícios</b>		<b>(3.032)</b>	<b>5.529</b>	<b>58.416</b>	<b>132.453</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	5a	95	95	104	104
Imposto de renda sobre ajustes de avaliação patrimonial	5a	(43)	(43)	(47)	(47)
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido Abrangente dos Semestres/Exercícios</b>		<b>(2.980)</b>	<b>5.581</b>	<b>58.473</b>	<b>132.510</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 30 de Junho de 2019</b>	<b>373.874</b>	<b>-</b>	<b>22.302</b>	<b>186.014</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>582.201</b>
Aumento de capital	-	34.601	-	-	-	-	34.601
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 5a)	-	-	-	-	46	-	46
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	58.416	58.416
Destinações:							
Reservas	-	-	2.921	10.495	-	(13.416)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>373.874</b>	<b>34.601</b>	<b>25.223</b>	<b>196.509</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>630.264</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>346.835</b>	<b>27.039</b>	<b>18.600</b>	<b>115.679</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>508.263</b>
Aumento de capital	27.039	7.562	-	-	-	-	34.601
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 5a)	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.453	132.453
Destinações:							
Reservas	-	-	6.623	80.830	-	(87.453)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>373.874</b>	<b>34.601</b>	<b>25.223</b>	<b>196.509</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>630.264</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>	<b>408.475</b>	<b>-</b>	<b>25.651</b>	<b>204.642</b>	<b>193</b>	<b>-</b>	<b>638.961</b>
Aumento de capital	-	51	-	-	-	-	51
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 5a)	-	-	-	-	(141)	-	(141)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(3.032)	(3.032)
Destinações:							
Reservas	-	-	-	(3.083)	-	3.083	-
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(51)	(51)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>408.475</b>	<b>51</b>	<b>25.651</b>	<b>201.559</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>635.788</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>373.874</b>	<b>34.601</b>	<b>25.223</b>	<b>196.509</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>630.264</b>
Aumento de capital	34.601	(34.550)	-	-	-	-	51
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 5a)	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.529	5.529
Destinações:							
Reservas	-	-	428	5.050	-	(5.478)	-
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(51)	(51)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>408.475</b>	<b>51</b>	<b>25.651</b>	<b>201.559</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>635.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
Referentes aos Semestres e  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019



Banco Cargill

Em milhares de reais - R\$

	2º semestre 2020	2020	2º semestre 2019	2019
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>98.915</b>	<b>375.180</b>	<b>58.920</b>	<b>(60.398)</b>
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	47.247	78.955	62.016	108.433
Lucro/(Prejuízo) nos semestres/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	(5.470)	9.211	61.294	184.660
Provisão/(Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	52.717	69.744	716	(76.263)
Depreciação	–	–	6	36
Variação de ativos e obrigações	51.668	296.225	(3.096)	(168.831)
Redução de títulos e valores mobiliários	160.173	26.853	224.247	251.682
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(226.554)	(300.895)	(223.957)	36.310
(Aumento)/Redução de outros créditos	(978.482)	(462.416)	878.383	976.156
Redução de outros valores e bens	54	2	75	42
(Redução) de depósitos	(15.348)	(6.909)	(37.464)	(78.526)
(Redução) de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(78.529)	(98.460)	(213.481)	(498.711)
Aumento/(Redução) de relações interfinanceiras e interdependências	9.056	12.761	6.303	(7.567)
Aumento/(Redução) de obrigações por empréstimos	499.869	595.521	(123.674)	(400.492)
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	(97.094)	280.488	271.793	218.853
Aumento/(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	15.042	42.324	(54.880)	(29.757)
Aumento/(Redução) de outras obrigações	766.920	232.619	(725.266)	(628.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.439)	(25.663)	(5.175)	(8.474)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>116</b>	<b>153</b>
Alienação de imobilizado de uso	–	–	116	153
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(10.399)</b>	<b>(10.399)</b>
Juros sobre o capital próprio	–	–	(10.399)	(10.399)
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>98.915</b>	<b>375.180</b>	<b>48.637</b>	<b>(70.644)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres/exercícios	453.126	176.861	128.224	247.505
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres/exercícios	552.041	552.041	176.861	176.861
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>98.915</b>	<b>375.180</b>	<b>48.637</b>	<b>(70.644)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos bancários como empréstimos e financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e serviço e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

**Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis**

Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019, que revogou a Resolução CMN nº 4.720/2019, e na Resolução BCB nº 2/2020, que revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação a partir das Demonstrações Contábeis de 30 de março de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos as principais mudanças:

**Balanco Patrimonial**

- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais:
  - Instrumentos financeiros;
  - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
  - Outros créditos, valores e bens;
  - Créditos tributários;
  - Depósitos e demais instrumentos financeiros.

**Demonstração dos Resultados**

- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de item de resultado:
  - Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

**Demonstração dos Resultados Abrangentes**

- Inclusão da divulgação.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 25 de março de 2021.

**3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

**(c) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### De 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais - R\$

- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

#### (e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

#### (f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

#### (g) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

#### (h) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 que aprovou a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

#### (i) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

#### (j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos**

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 15% a partir de janeiro 2019 até fevereiro 2020 e 20% a partir de março 2020.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

**(l) Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3d, 3e e 3f.

**(m) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

**(n) Resultado não recorrente**

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 18 I.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Disponibilidades	187.019	20.837
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	365.022	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	156.024
	<u>552.041</u>	<u>176.861</u>

**5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**(a) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	Dezembro/2020				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.709	54.927	82.636	82.573	63
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.970	16.823	42.793	42.761	32
	<u>53.679</u>	<u>71.750</u>	<u>125.429</u>	<u>125.334</u>	<u>95</u>

  

Papel/vencimento	Dezembro/2019				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.685	51.941	62.626	62.618	8
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	58.571	-	58.571	58.475	96
	<u>69.256</u>	<u>51.941</u>	<u>121.197</u>	<u>121.093</u>	<u>104</u>

Em milhares de reais - R\$

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 95 (ganho de R\$ 104 em dezembro de 2019), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 52 de ganho (ganho de R\$ 57 em dezembro de 2019), líquidos dos efeitos tributários.

**(b) Instrumentos financeiros derivativos**

**(i) Política de utilização**

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

**(ii) Objetivos**

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

**(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado**

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

**(iv) Portfólio de derivativos**

• **Instrumentos financeiros derivativos por vencimento**

	Dezembro/2020				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Posição ativa</b>					
Contratos a termo	2.180	675	10.434	–	13.289
Outros derivativos	1.265	2.481	–	–	3.746
	<u>3.445</u>	<u>3.156</u>	<u>10.434</u>	<u>–</u>	<u>17.035</u>
<b>Posição passiva</b>					
Contratos a termo	<u>47.230</u>	<u>58.418</u>	<u>16.369</u>	<u>29.311</u>	<u>151.328</u>

  

	Dezembro/2019				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Posição ativa</b>					
Contratos a termo	9.806	10.404	5.833	18.143	44.186
Outros derivativos	612	3.331	–	–	3.943
	<u>10.418</u>	<u>13.735</u>	<u>5.833</u>	<u>18.143</u>	<u>48.129</u>
<b>Posição passiva</b>					
Contratos a termo	<u>8.076</u>	<u>35.518</u>	<u>9.650</u>	<u>55.760</u>	<u>109.004</u>

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	Dezembro/2020				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.341.236	12.614	100.307	(87.693)	(70.894)
Venda - Dólar	345.567	675	51.021	(50.346)	(55.874)
	<u>1.686.803</u>	<u>13.289</u>	<u>151.328</u>	<u>(138.039)</u>	<u>(126.768)</u>

Tipo	Dezembro/2019				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.761.274	5.984	102.039	(96.055)	(72.655)
Venda - Dólar	947.333	38.202	6.965	31.237	18.355
	<u>2.708.607</u>	<u>44.186</u>	<u>109.004</u>	<u>(64.818)</u>	<u>(54.300)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos futuros**

Tipo	Dezembro/2020				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro					
Compra DI1	–	–	–	28.594	28.594
Venda DI1	174.974	66.676	66.804	17.497	325.951
Cupom cambial:					
Venda DDI	20.784	–	–	–	20.784
Moeda estrangeira					
Compra DOL	179.286	–	–	–	179.286
Venda DOL	176.110	–	–	–	176.110
	<u>551.154</u>	<u>66.676</u>	<u>66.804</u>	<u>46.091</u>	<u>730.725</u>

Tipo	Dezembro/2019				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro					
Compra DI1	–	–	79.856	10.826	90.682
Venda DI1	127.956	123.162	130.233	81.279	462.630
Cupom cambial:					
Venda DDI	14.103	–	82.952	15.672	112.727
Moeda estrangeira					
Compra DOL	152.159	–	–	–	152.159
Venda DOL	31.174	–	–	–	31.174
	<u>325.392</u>	<u>123.162</u>	<u>293.041</u>	<u>107.777</u>	<u>849.372</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 638 (ajuste a receber de R\$ 417 em dezembro de 2019), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
De 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais - R\$

• **Outros derivativos**

Tipo	Valor financeiro do contrato	Dezembro/2020		
		Valor de mercado		Valor de curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	1.108.560	3.746	3.746	80.091

  

Tipo	Valor financeiro do contrato	Dezembro/2019		
		Valor de mercado		Valor de curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	818.860	3.943	3.943	25.394

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO**

**(a) Por tipo de operação**

Descrição	Dezembro/2020		Dezembro/2019	
	Valor	%	Valor	%
Financiamentos à exportação	1.171.533	54,88	1.182.490	72,33
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	535.089	25,07	337.206	20,63
Financiamentos à exportação indireta	421.159	19,73	92.139	5,64
Empréstimos	5.733	0,27	22.901	1,40
Outros	1.015	0,05	-	-
	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	1.449.774	67,92	1.087.016	66,49
Operações de crédito - Longo prazo	148.651	6,96	210.514	12,88
Carteira de câmbio - Circulante	478.284	22,41	337.206	20,63
Carteira de câmbio - Longo prazo	56.805	2,66	-	-
Outros créditos - Circulante	1.015	0,05	-	-

**(b) Por vencimento**

Descrição	Dezembro/2020		Dezembro/2019	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	17.156	0,80	-	-
A vencer até 3 meses	66.867	3,13	168.387	10,30
A vencer de 3 a 12 meses	1.845.050	86,44	1.255.835	76,82
A vencer de 1 a 3 anos	198.833	9,32	179.413	10,98
A vencer de 3 a 5 anos	6.623	0,31	31.101	1,90
	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>

**(c) Por setor de atividade**

Descrição	Dezembro/2020		Dezembro/2019	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.525.053	71,45	1.242.395	76,00
Comércio	127.829	5,99	220.517	13,49
Indústria	-	-	42.091	2,57
Outros serviços	481.647	22,56	129.733	7,94
	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>

**(d) Operações ativas vinculadas**

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Dezembro/2020	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Arrendamento sobre contratos de câmbio	535.089	–
Operações de crédito - Financiamentos a exportação indireta	421.159	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	511.777
Empréstimos no exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	–	421.159
	<u>956.248</u>	<u>932.936</u>

  

Descrição	Dezembro/2019	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Arrendamento sobre contratos de câmbio	323.258	–
Operações de crédito - Financiamentos a exportação indireta	92.139	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	323.693
Repasse do exterior	–	92.139
	<u>415.397</u>	<u>415.832</u>

**(e) Por nível de risco e provisionamento**

Nível	Dezembro/2020				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	349.243	–	349.243	16,36	–
A	1.301.954	–	1.301.954	60,99	6.510
B	194.650	–	194.650	9,12	1.947
C	22.581	–	22.581	1,06	677
D	112.940	–	112.940	5,29	11.294
E	6.623	–	6.623	0,31	1.987
G	104.307	–	104.307	4,89	73.015
H	25.075	17.156	42.231	1,98	42.231
	<u>2.117.373</u>	<u>17.156</u>	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>	<u>137.661</u>

  

Nível	Dezembro/2019		
	Parcelas a vencer	%	Valor da Provisão
AA	319.215	19,53	–
A	901.485	55,15	4.508
B	225.707	13,81	2.257
D	113.172	6,92	11.317
E	6.936	0,42	2.081
G	68.221	4,17	47.754
	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>	<u>67.917</u>

**(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Saldo inicial	67.917	144.180
Constituição	75.469	10.922
Reversão	(5.725)	(87.185)
Saldo final	<u>137.661</u>	<u>67.917</u>
Operações de crédito - Circulante	76.780	28.867
Operações de crédito - Longo prazo	60.881	39.050

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram recuperados R\$ 2.887 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 5.169 em 2019), e renegociados créditos no montante de R\$ 56.639 (R\$ 127.057 em 2019).

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## De 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais - R\$

### 7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Dezembro/2020	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Direito sobre venda de câmbio	1.119.431	–
Câmbio comprado a liquidar	505.285	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	8.231	–
Câmbio vendido a liquidar	–	1.039.340
Obrigações por compra de câmbio	–	528.577
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(526.858)
	1.632.947	1.041.059
Circulante	1.580.295	1.041.059
Longo prazo	52.652	–

Descrição	Dezembro/2019	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Direito sobre venda de câmbio	831.534	–
Câmbio comprado a liquidar	330.723	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	9.513	–
Câmbio vendido a liquidar	–	806.140
Obrigações por compra de câmbio	–	330.446
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(327.693)
Circulante	1.171.770	808.893

Em 2020 e 2019, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Dezembro/2020
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.115.300
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	4.131
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(1.039.340)
Carteira de Câmbio	80.091
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	83.837
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	3.746

Descrição	Dezembro/2019
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	821.515
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	10.019
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(806.140)
Carteira de Câmbio	25.394
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	29.337
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	3.943

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 15.048 (R\$ 50.652 em 2019) e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 83.837 positivo (R\$ 29.337 positivo em 2019), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

### 8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	27.158	27.158
Títulos e créditos a receber (nota 6a)	1.015	–
Créditos Vinculados - Banco Central	166	84
Adiantamento e antecipações salariais	9	4
Outros	152	156
	28.500	27.402
Circulante	4.057	101
Longo prazo	24.443	27.301

## 9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dezembro/2020
	Depósitos à vista
Indústria, comércio e serviços	3.990
Pessoas físicas	156
Sociedades ligadas	3
	<u>4.149</u>

Segmento de mercado	Dezembro/2019		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	192	10.775	10.967
Pessoas físicas	88	–	88
Sociedades ligadas	3	–	3
	<u>283</u>	<u>10.775</u>	<u>11.058</u>

## 10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	Dezembro/2020		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	5.159	1.204	6.363

Título emitido	Dezembro/2019			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	54.640	28.727	3.715	87.082
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	10.731	–	7.010	17.741
	<u>65.371</u>	<u>28.727</u>	<u>10.725</u>	<u>104.823</u>

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado 92% a.a. a 94% a.a. em dezembro de 2019. Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 99,5% a.a. a 100% a.a. da variação do DI (90% a.a. a 96% a.a. em dezembro de 2019).

## 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2020				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	11.087	–	487.857	52.652	511.777
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	–	381.340	39.819	–	421.159
	<u>11.087</u>	<u>381.340</u>	<u>487.857</u>	<u>52.652</u>	<u>932.936</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2019			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	51.347	84.382	201.686	337.415

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3,50% a.a. a 9,80% a.a. (2,59% a.a. a 8,60% a.a. em dezembro de 2019).

## 12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2020		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	1.725	1.039.340	1.041.065

Em milhares de reais - R\$

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2019			
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	–	3.372	665.066	668.438
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	60.621	31.518	–	92.139
	<u>60.621</u>	<u>34.890</u>	<u>665.066</u>	<u>760.577</u>

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 0,83% a.a. a 3,46% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 e (2,53% a.a. a 2,68% a.a. em dezembro de 2019), na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (7,80% a.a. a 11% a.a. em dezembro de 2019).

### 13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

#### (a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	9.211	184.660
Juros sobre o Capital Próprio	–	(45.000)
<b>Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>9.211</b>	<b>139.660</b>
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45% em junho 2020 e 40% em junho 2019	(4.145)	(55.864)
Impacto do aumento da alíquota da CSLL sobre a base (net) do diferido nas operações com vencimento a partir de março/2020 - EC 103/2019	794	3.623
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(363)	–
Outros	32	34
	<u>(3.682)</u>	<u>(52.207)</u>

A Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos ativos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Em 2019 os ativos e passivos fiscais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 15% para base com previsão de realização até 28 de fevereiro de 2020 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de março de 2020. Em 2020 a alíquota foi de 20%.

#### (b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	354	1.962	(2.213)	103
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	47	189	(193)	43
	<u>401</u>	<u>2.151</u>	<u>(2.406)</u>	<u>146</u>

#### (c) Ativo fiscal diferido

##### • Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.546	560.319	(528.918)	61.947
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.062	443	(234)	6.271
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	2.910	59.859	(59.382)	3.387
Total dos créditos registrados	<u>39.518</u>	<u>620.621</u>	<u>(588.534)</u>	<u>71.605</u>

##### • Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	19.929	15.943	35.872
Até 2 anos	12.174	9.740	21.914
Até 3 anos	3.383	2.706	6.089
Até 4 anos	810	648	1.458
Acima de 5 anos	6.179	93	6.272
Total	<u>42.475</u>	<u>29.130</u>	<u>71.605</u>

- Valor presente dos créditos tributários**

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 70.201 (R\$ 37.106 em 2019), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

**14. OUTRAS OBRIGAÇÕES****(a) Fiscais e previdenciárias**

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	27.760	17.402
COFINS	391	382
Impostos e contribuições sobre salários	90	82
PIS/PASEP	64	62
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	19	25
CIDE	1	1
	<u>28.325</u>	<u>17.954</u>

**(b) Diversas**

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Provisão para contingências (nota 15a)	27.624	27.158
Despesas de pessoal	237	229
Auditoria Externa	131	33
Publicações	97	95
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 17)	62	172
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	2	28
	<u>28.153</u>	<u>27.715</u>
Circulante	3.439	557
Não Circulante	24.714	27.158

**15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS****(a) Saldos e movimentações de 2020 e de 2019**

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k. Os valores dos passivos contingentes e obrigações legais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Dezembro/2020	Dezembro/2019	Dezembro/2020	Dezembro/2019
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
INSS	810	810	810	810
FGTS	246	246	246	246
CÍVEIS	466	-	-	-
	<u>27.624</u>	<u>27.158</u>	<u>27.158</u>	<u>27.158</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2020 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2019).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2020 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em 2019).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2020, as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2019). Em 06/2020, após recursos interpostos em última instância, houve

Em milhares de reais - R\$

o trânsito em julgado desfavorável ao Banco. Após retorno dos autos à origem, aguarda-se a adoção das providências finais para arquivamento dos autos.

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis que totalizam R\$ 466 (2019 não havia passivos contingentes em aberto), são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas prováveis e estão reconhecidas contabilmente.

**(b) Contingências possíveis**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 72.683 (R\$ 71.651 em 2019) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.346 (R\$ 14.253 em 2019).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 9.939 (R\$ 9.823 em 2019).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 48.321 (R\$ 47.498 em 2019).

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital social**

O capital social, subscrito, está representado por 408.526.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 27.039 com emissão de 27.038.703 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 20 de fevereiro de 2019.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 34.601 com emissão de 34.601.680 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 19 de fevereiro de 2020.

**(b) Remuneração dos acionistas**

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos e reserva legal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrado:

Descrição	2020
Lucro líquido do exercício	5.529
Reserva legal	(428)
Base para cálculo dos dividendos	5.101
Dividendos pagos	51

**(c) Juros sobre o capital próprio**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2019, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 45.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 18.000.

**(d) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

**(e) Reserva estatutária**

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

**17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

Depósitos à vista: Cargill Brasil Participações Ltda., Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Cargill Agrícola S.A..

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A..

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc..

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc..

Operações a termo: Cargill Agrícola S.A. e SJC Bioenergia S.A..

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A..

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dezembro/2020	Dezembro/2019	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Obrigações por repasses do exterior	(1.041.065)	(760.577)	(296.844)	(4.309)
Obrigações por empréstimos	(932.936)	(337.415)	(165.861)	(23.757)
Operações a termo	(16.488)	(8.973)	(20.586)	(524)
Valores a pagar sociedades ligadas	(62)	(172)	(875)	(2.193)
Depósitos à vista	(3)	(3)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(88)	(2.635)

**18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO****(a) Operações de crédito**

Descrição	2º semestre	Dezembro/2020	2º semestre	Dezembro/2019
Rendas de financiamentos a exportação	13.455	322.133	85.684	131.570
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	2.887	4.169	5.169
Rendas de empréstimos	233	1.160	1.737	2.702
	13.688	326.180	91.590	139.441

**(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2º semestre	Dezembro/2020	2º semestre	Dezembro/2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.939	8.354	2.990	9.820
Títulos de renda fixa	1.684	4.233	4.565	12.769
	4.623	12.587	7.555	22.589

**(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

Descrição	2º semestre	Dezembro/2020	2º semestre	Dezembro/2019
Contratos de operações a termo	(94.235)	426.738	152.997	131.736
Contratos futuros	9.905	(11.343)	(9.078)	1.764
Outros Derivativos	1.496	(197)	(132)	(3.554)
	(82.834)	415.198	143.787	129.946

**(d) Operações de captação no mercado**

Descrição	2º semestre	Dezembro/2020	2º semestre	Dezembro/2019
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	366	1.519	4.059	12.770
Depósito a prazo - CDB	1	557	2.563	5.448
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	204	466	864	4.862
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	30	98	131	422
	601	2.640	7.617	23.502

**(e) Operações de empréstimos e repasses**

Descrição	2º semestre	Dezembro/2020	2º semestre	Dezembro/2019
Despesas com repasses do exterior	6.204	296.844	32.904	37.213
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	27.879	165.861	45.075	68.833
	34.083	462.705	77.979	106.046

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
De 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais - R\$

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Resultado de operações de câmbio	14.676	28.350	15.285	37.699
Resultado com prêmios sobre interbancário	4.483	15.048	25.574	50.652
Resultado com variação cambial	65.579	(294.467)	(122.623)	(116.373)
Outros	1.255	1.409	647	1.543
	<u>85.993</u>	<u>(249.660)</u>	<u>(81.117)</u>	<u>(26.479)</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Proventos	3.039	4.305	3.346	4.575
Encargos sociais	1.089	1.371	2.094	2.699
Benefícios	125	187	123	255
Outros	1	1	18	44
	<u>4.254</u>	<u>5.864</u>	<u>5.581</u>	<u>7.573</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Serviços técnicos especializados	1.144	2.369	1.238	4.013
Processamento de dados	1.203	2.248	1.014	2.074
Contribuições e doações	–	1.012	477	959
Serviços do sistema financeiro	291	640	448	900
Emolumentos judiciais e cartórios	193	413	224	255
Contribuição entidades de classe	139	273	92	199
Aluguel	87	163	95	165
Publicações	50	102	60	120
Despesas com arrendamento de bens	43	103	–	–
Viagens	–	61	101	123
Depreciações	–	–	6	36
Outros	7	24	61	179
	<u>3.157</u>	<u>7.408</u>	<u>3.816</u>	<u>9.023</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Contribuição à COFINS	2.407	6.376	3.527	6.879
Contribuição ao PIS	400	1.076	591	1.168
CIDE	188	833	366	1.062
ISS	93	416	190	537
Outros	39	84	63	110
	<u>3.127</u>	<u>8.785</u>	<u>4.737</u>	<u>9.756</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	89.703	89.703	–	3.448
Atualização monetária de depósitos judiciais	–	–	–	959
Recuperação de encargos e despesas	–	–	3.889	3.889
Outros	–	–	77	228
	<u>89.703</u>	<u>89.703</u>	<u>3.966</u>	<u>8.524</u>

**(k) Outras despesas operacionais**

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2020	2º semestre	Dezembro/ 2019
Varição cambial negativa proveniente de operações ativas	16.285	16.285	–	–
Despesas de comissões	1.697	7.679	3.358	7.781
Descontos concedidos em operações de créditos	6	2.596	461	1.544
Monitoramento de Lavoura	16	334	304	608
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	221	261	19	28
Outros	482	499	17	56
	<u>18.707</u>	<u>27.654</u>	<u>4.159</u>	<u>10.017</u>

**(l) Resultado não recorrente**

Descrição	2020
Lucro líquido do exercício	5.529
Tarifa de registro de operações financeiras	3
Contingências cíveis	(466)
Lucro líquido recorrente	<u>5.066</u>

**19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL****(a) Governança corporativa**

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela presidência. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades.

A estrutura de riscos conta com o envolvimento da alta Administração do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos, submetendo-as à aprovação do presidente do Banco Cargill.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN.

O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance. Este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles).

A Política enfatiza que estar em compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho.

A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria executiva do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo:

- (I) Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos.
- (II) Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital e Planejamento Estratégico e RAS.
- (III) Monitoramentos através de relatórios que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação.

Todos os relatórios de controle interno e gestão de riscos são devidamente formalizados e possuem o acompanhamento direto da alta administração e ficam à disposição das auditorias internas/externas e aos órgãos reguladores. A alta administração/diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias.

Em milhares de reais - R\$

**(b) Risco de crédito**

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo-se como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

**(c) Risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Alta Administração e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

**(d) Risco operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

**(e) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

**(f) Gestão de capital**

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco.

A Alta Administração do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

**(g) Índice de Basileia**

Descrição	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.619.815	1.858.409
Patrimônio de Referência (PR)	635.675	630.151
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	147.080	156.498
Valor total da parcela RBAN	17.495	7.825
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	468.348	427.193
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	39,24%	33,91%
Índice de Basileia Amplo (PR ÷ ((RBAN ÷ F) + RWA))	34,58%	32,21%
Fator "F"	8,00%	8,00%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2020 é de 8% (8% em 2019).

**(h) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos**

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, [www.bancocargill.com.br](http://www.bancocargill.com.br) (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

**(i) Análise de sensibilidade**

Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

**(I) Variação cambial**

	Cenários - Dezembro/2020				
	Exposição	25%	50%	-25%	-50%
Exposição patrimonial	204.879	51.220	102.440	(51.220)	(102.440)
NDF Cambial	28.303	7.076	14.151	(7.076)	(14.151)
Futuro dólar	(176.110)	(44.027)	(88.055)	44.027	88.055
	<b>57.072</b>	<b>14.268</b>	<b>28.536</b>	<b>(14.268)</b>	<b>(28.536)</b>

  

	Cenários - Dezembro/2019				
	Exposição	25%	50%	-25%	-50%
Exposição patrimonial	41.299	10.325	20.649	(10.325)	(20.649)
NDF Cambial	131.399	32.850	65.699	(32.850)	(65.699)
Futuro dólar	(31.174)	(7.793)	(15.587)	7.793	15.587
DDI Futuro	(98.624)	(24.656)	(49.312)	24.656	49.312
	<b>42.899</b>	<b>10.725</b>	<b>21.450</b>	<b>(10.725)</b>	<b>(21.450)</b>

São considerados quatro cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2020 e de 2019;
- **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2020 e de 2019;
- **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2020 e de 2019;
- **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

**(II) Taxa de juros**

	Cenários		Cenários	
	Dezembro/2020		Dezembro/2019	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	619.817	(23)	834.645	(135)
DI Futuro	(122.384)	(13)	(243.991)	(38)
NDF	(1.193.708)	(71)	(1.007.711)	(191)
	<b>(696.275)</b>	<b>(106)</b>	<b>(417.057)</b>	<b>(364)</b>

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

**20. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**(a) Recursos em trânsito de terceiros**

O valor registrado de R\$ 19.759 (R\$ 6.916 em dezembro de 2019) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

**(b) Benefícios a empregados**

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Tratam-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos

Em milhares de reais - R\$

os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2020 foi de R\$ 109 (R\$ 168 em 2019).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

**(c) Acordo de compensação**

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

**(d) Valor justo**

Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (Nível 2) inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- (Nível 3) inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial para 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Dezembro/2020
	Nível 2
Títulos Públicos	125.429
Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos)	17.035
Instrumentos Financeiros Derivativos (passivos)	(151.328)
	<b>(8.864)</b>
	Dezembro/2019
	Nível 2
Títulos Públicos	121.197
Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos)	48.129
Instrumentos Financeiros Derivativos (passivos)	(109.004)
	<b>60.322</b>

Metodologias valor justo

- (Nível 1): As operações classificadas neste nível, referem-se a valores em espécie e/ou aplicações financeiras, cujo seu valor justo foi apurado em cotação de mercado na data de encerramento do balanço.
- (Nível 2): As operações classificadas neste nível referem-se a instrumentos financeiros derivativos, cujo seu valor justo é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

**21. OUTROS ASSUNTOS**

Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado as recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento às necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária.

**22. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 1º de março de 2021, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 1.034, dentre outros assuntos, altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando de 20% para 25% entre julho a dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

**DIRETOR PRESIDENTE**

Paulo Humberto Alves de Sousa

**DIRETORES**

Alvaro Luiz de Rezende Puech  
Marina Haidar Chede Carton  
Marlon Glauco Lazaro

**CONTADOR**

Marcelo Pongeluppi  
CRC 1SP212314/O-4

**Aos Acionistas e aos Administradores do**

Banco Cargill S.A.

São Paulo – SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021



## *Banco Cargill*

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar  
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil  
Morumbi Corporate – Torre Diamond  
Telefone: 55 11 5099-3311  
Ouvidoria: 0800 648 5050  
ouvidoria\_banco@cargill.com  
**[www.bancocargill.com.br](http://www.bancocargill.com.br)**